

Cabral repassa decisões para Ulysses e Covas

Banco de Dados

Da Sucursal de Brasília

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), de centro, já definiu uma maneira de solucionar os impasses que enfrenta-



rá na elaboração do anteprojeto a ser apresentado ao plenário da comissão: sempre que for necessário escolher entre duas propostas conflitantes, consultará os dois principais dirigentes do PMDB no Congresso constituinte — o deputado Ulysses Guimarães, presidente do partido, da Câmara e da própria Constituinte; e o senador Mário Covas, líder da bancada.

Esse sistema começará a funcionar na próxima segunda-feira, quando Cabral se reunirá com Ulysses e Covas para discutir o primeiro esboço da nova Constituição. Participarão ainda desse encontro os quatro relatores-adjuntos da comissão: os senadores Fernando Henrique Cardoso (SP), Wilson Martins (MS) e José Ignácio Ferreira (ES) e o deputado Nelson Jobim (RS), todos do PMDB.

Neste fim-de-semana, os dois grupos de relatores-auxiliares de Cabral



Ulysses



Covas



Cabral

concluem a tarefa de confrontar entre si os relatórios das comissões temáticas, apontando todos os artigos conflitantes. Entre artigos repetitivos e discordantes, os relatores calculam cerca de duzentas propostas, de um total de 526.

Além de artigos conceituais, como o que define o Estado brasileiro, Ulysses e Covas terão de enfrentar questões mais polêmicas, como a da função social da terra. Pelo relatório da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, o país é "uma nação fundada na comunhão dos brasileiros, irmanados num povo independente, que visa a construir uma sociedade livre, justa e solidária, segundo sua índole e a determinação de sua vontade". O

relator da Comissão da Organização do Estado, senador José Richa (PMDB-PR), de centro, definiu que "o Brasil é uma república federativa instituída pela vontade do povo, com um Estado democrático de direito".

Tanto a Comissão da Soberania quanto a do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças estabeleceram os critérios para a tributação do cidadão. Pela primeira, "sempre" será levando em consideração a "capacidade econômica do contribuinte". Na proposta da Comissão do Sistema Tributário há uma sutil diferença: "Os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte". Um terceiro critério foi estabelecido ainda pela Comissão da Organização do Estado.

Comissão propõe fim do emprego de parentes

Da Sucursal de Brasília

A Comissão da Ordem Social aprovou em seu relatório um artigo proibindo que autoridades indiquem parentes para trabalharem sob suas ordens na administração pública. "Nenhum parente até segundo grau, em linha direta ou colateral, consanguínea ou afim, de qualquer autoridade, pode ocupar cargo ou função de confiança, inclusive sob contrato, em organismo a ela subordinada, na administração direta ou indireta", diz a proposta da comissão.

O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) disse que a aprovação da norma pela Comissão de Ordem Social foi uma reação dos constituintes ao "nepotismo escandaloso" atualmente em prática no país.

Governo aceita parlamentarismo, diz líder

Da Sucursal de Brasília

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), de centro-esquerda, disse ontem, em Brasília, que o governo aceita o sistema "neoparlamentarista" aprovado pela Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo e que "não haverá ofensiva para restaurar o presidencialismo, mas sim para fortalecer o papel do presidente no novo sistema que está surgindo".

Segundo Sant'Anna, "o presidente compreende que não pode mais prevalecer o presidencialismo nos moldes atuais, monárquico e imperial". Ele disse ainda que Sarney concorda que "a melhor maneira de preservar a figura do presidente é compor o governo com um gabinete parlamentar, um Conselho de Mi-

nistros e um primeiro-ministro que responda diariamente à Câmara".

Entre 16h e 17h, Sant'Anna recebeu em seu gabinete o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), de centro-esquerda, relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. "O caminho é o entendimento", dizia Ferreira Lima a Sant'Anna, enquanto o líder do governo o acompanhava até a saída do gabinete. Ao que Sant'Anna respondeu: "Sim, a conversa é o melhor caminho".

A conversa entre os dois teve como tema exatamente o sistema de governo. A iniciativa do encontro partiu de Ferreira Lima, que disse à Folha que "as divergências são mínimas". Segundo o deputado, elas se concentram em um único ponto: "A definição do chefe de Estado e do primeiro-ministro".